

# Autoridade marítima, governo e operadores chegam a consenso

Representante de empresas de turismo do mar saiu satisfeito da reunião com a autoridade marítima e o governo regional

PAULA GOUVEIA  
pgouveia@acorianooriental.pt

Novas exigências das capitânias em relação aos equipamentos de segurança das embarcações dos operadores marítimo-turísticos da Região criaram apreensão nas empresas de turismo do mar dos Açores por exigirem investimentos que seriam incompatíveis para a sustentabilidade dos negócios.

Ontem, numa reunião que sentou à mesma mesa, o presidente da Associação de Operadores de Mergulho dos Açores (AOMA), o contra-almirante do Comando da Zona Marítima dos Açores, o capitão do porto de Ponta Delgada e os diretores regionais do Turismo e dos Transportes, esclareceram-se as dúvidas legais das empresas e chegou-se a um consenso sobre o equipamento de segurança e salvamento necessário.

Paulo Reis, presidente da Associação de Operadores de Mergulho dos Açores salvaguarda que terá de falar ainda com os operadores sobre o consenso a que se chegou para que se pronunciem, mas do seu ponto de vista, o resultado da reunião foi positivo.

“Foi-nos transmitido que a maioria dos operadores cumprem a lei”, adiantou Paulo Reis, adiantando que haverá, contudo, empresas que terão de fazer “algum investimento, mas não tão grande quanto o que se

pensou inicialmente que seria necessário”. A autoridade marítima está a uniformizar critérios em toda a Região - e a fazer um esforço nacional também - quanto à interpretação da legislação em vigor para as atividades marítimo-turísticas, dispersa por vários diplomas, referiu, elogiando esse facto.

Nesse sentido, na reunião, foi explicado às empresas qual a legislação a utilizar e que interpretação está a ser feita. E, assim, em relação ao equipamento de segurança e salvamento exigido, explicou Paulo Reis, “alguns operadores usam umas balsas que custam cerca de 300 euros cada uma e terão de passar a usar umas jangadas que custam cerca de 1200 euros cada uma”. “Não são as balsas oceânicas que custam cerca de 3000 euros”, como se pensou ini-

## Autoridade marítima invoca a lei em vigor

Matos Nogueira, segundo comandante do Comando da Zona Marítima dos Açores, explicou ao Açoriano Oriental que as exigências da autoridade marítima fundamentam-se no decreto-lei 191 de 1998, republicado em 2011, que trata das embarcações na atividade marítimo-turística, independentemente de serem embarcações de recreio, de pesca, auxiliares ou outras. “A legislação exige para essa atividade determinados requisitos de segurança”, sublinhou.

cialmente, adianta o representante dos operadores, explicando que, se assim fosse, um barco com 12 a 14 pessoas teria de ter duas “e aí os operadores mais pequenos iriam fechar portas”.

“Não é a situação ideal em termos de investimento, mas a segurança tem de estar acima de tudo”, diz o presidente da AOMA que afirma ainda perceber a preocupação da autoridade marítima em relação à segurança nas embarcações que se dedicam ao turismo do mar - uma preocupação despoletada por um incidente na costa sul, no ano passado, com uma embarcação de uma empresa de mergulho, diz.

O representante das empresas justifica que os operadores “estavam nervosos, até porque estamos numa fase de reservas, e os operadores não sabiam se teriam condições de operar ou não”.

Na reunião, o Governo Regional comprometeu-se a estudar a criação de legislação regional ou a alterar o Regulamento Autónomo para a Atividade Marítimo-Turística dos Açores, de modo a determinar, com a colaboração da autoridade marítima, que equipamentos de segurança e salvamento as embarcações terão de ter, adiantou Paulo Reis.

O presidente da AOMA salienta que o setor das atividades marítimo-turísticas “está a crescer fortemente e gera nos hotéis, na restauração, nas companhias aéreas muito dinheiro”. Como “cerca de 90% dos clientes são estrangeiros, pode-se considerar mesmo exportação”, diz Paulo Reis, para afirmar que é também interesse dos operadores que nada ponha em causa a imagem que se está a construir para o mergulho e observação de cetáceos no mar dos Açores. ♦



Empresas de mergulho e observação de cetáceos terão de se adaptar às regras

LUSA



Solicitados Planos de Segurança

## Segurança das escolas preocupa PSD/A

O PSD/Açores solicitou ontem ao governo regional um conjunto de informações sobre a segurança nos estabelecimentos de ensino regionais, nomeadamente quanto ao cumprimento de normas e procedimentos nos domínios da segurança contra incêndios, a prevenção de situações de risco, a existência de planos de segurança e a evacuação das escolas e o treino dos utentes das escolas para situações de emergência”.

Num requerimento, assinado pelo deputado do PSD/Açores Joaquim Machado, os sociais democratas açorianos recordam a importância da realização de ações com vista a generalizar uma cultura de proteção civil junto da comunidade escolar”.

Para o deputado do PSD/Açores, “importa, por isso, apurar o que está feito e sobretudo o que falta fazer no domínio da segurança e evacuação dos estabelecimentos escolares, numa perspetiva construtiva e de prevenção, considerando que nunca os esforços são em excesso quando se trata de garantir a segurança dos nossos alunos”.

Nesse sentido são solicitadas informações sobre o número de “edifícios escolares que dispõem de plano de segurança e evacuação, com indicações da data da respetiva aprovação pela entidade competente em matéria de proteção civil” e o número de “edifícios escolares sujeitos a inspeção dos serviços de proteção civil para verificação da sua conformidade com o Regulamento de Segurança Contra Incêndio”. O deputado do PSD/Açores solicita, ainda, “a listagem dos estabelecimentos escolares onde se realizaram testes do plano de segurança e evacuação nos últimos três anos letivos, com indicação das respetivas datas e das entidades externas”. ♦ APF

# Pais querem mais polícia junto a escolas

EDUARDO RESENDES



Pedida mais segurança

A direção da União das Associações de Pais da EBLJI Roberto Ivens, vai solicitar esta semana reuniões com a câmara municipal de Ponta Delgada e a Polícia Municipal para exigir mais policiamento junto às escolas e paragens de autocarros na entrada e saída dos alunos dos estabelecimentos de ensino básico.

A União das Associações de Pais da EBLJI Roberto Ivens reuniu sábado, em Ponta Delgada, no II Encontro de Associações de Pais e Encarregados de Educação da Ilha de São Miguel subordinado ao tema “As associações de pais

na escola” decidiu pedir encontros com responsáveis pela segurança rodoviária do município e Polícia Municipal de Ponta Delgada, para “garantir mais segurança aos alunos no atravessamento de passadeiras e nas saídas das paragens de autocarros”.

A segurança no interior da escola e o consumo de drogas são outras das preocupações dos pais e encarregados de educação.

Raul Medeiros, presidente daquele organismo, e em declarações ao Açoriano Oriental, não é defensor de mais policiamento junto das escolas, mas um refor-

ço dos quadros de pessoal auxiliar, a instalação de sistemas eletrónicos de controlo entrada e saída dos alunos, bem como de uma nova postura dos pais na vida escolar dos filhos.

Admite que estes problemas “não são de fácil resolução”, mas os pais e encarregados de educação têm de “uma postura mais interventiva na vida escolar dos seus educandos de forma a promover o sucesso escolar”.

Por outro lado, defende que há que devolver ao professor o seu “papel de ensinar” e não o de “ter um trabalho burocrático”. ♦ APF